

## A OMC E A AGRICULTURA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exmo. Sras. Deputadas e Sros. Deputado

Exmo. Srs. e Sra. Membros do Governo

A Agricultura contemporânea, vive, como outros sectores económicos ao ritmo de mudanças. No caso em concreto, são modificações que provêm, essencialmente, do somatório de duas políticas, uma doméstica (Política Agrícola Comum) e outra global (Organização Mundial do Comércio).

Estas políticas, caracterizadas por estarem em sucessivas metamorfoses, determinam as regras base do funcionamento agrícola, impondo grande velocidade à permanente adaptação dos Agricultores a novas situações quer sociais como comerciais.

Socialmente, a Agricultura está cada vez mais moldada aos anseios dos cidadãos, que lhe atribuem novas funções e novos condicionantes, face às suas crescentes preocupações com o ambiente, com a qualidade de vida e com a segurança alimentar.

Comercialmente, esta actividade encontra-se, irreversivelmente, no caminho da mundialização e que está a acontecer rapidamente sem que para isso tenha havido, minimamente, convergência de desigualdades socio-económicas entre países.

Esta forçada globalização na Agricultura que possui algo de selvagem, coloca no mesmo patamar diferentes realidades, por exemplo, a grandeza

produtiva de alguns países estará lado a lado com a pequenez de outros, os aspectos éticos e a sensibilidade animal estarão lado a lado com a inexistência de preocupações no bem-estar-animal e sanidade animal e modelos sociais, paupérrimos, estarão lado a lado com padrões mais avançados de dignidade de vida humana.

Bom, mas a mercantilização de marcha mais ou menos lenta é inevitável na Agricultura, e, quanto a esta matéria não vale a pena levantar muros ao seu percurso, pelo contrário convém sim preparar a sua chegada.

Preparar a sua chegada começa por perceber-se que as negociações no âmbito do GATT (1947) – início da globalização na Agricultura - até ao Acordo-Quadro de 31 de Julho em 2004, é florescente em quatro aspectos:

- Redução de todas as formas de subvenções à exportação;
  - Redução das ajudas internas;
  - Redução das barreiras alfandegárias;
- e
- Melhoria substancial de acesso aos Mercados.

Preparar a sua chegada é acima de tudo não subestimar os efeitos destes quatro corolários e perceber-se que, definitivamente, serão estipulados prazos para a sua concretização na sexta conferência Ministerial que está agendada para Dezembro próximo em Hon-Kong.

Prepara a sua chegada é não deixar, exclusivamente, por mãos alheias a protecção daquilo que é nosso, pois por muita boa vontade que outros espelhem não sentem como nós Açorianos.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exmo. Sras. Deputadas e Sros. Deputados

Exmo. Srs. e Sra. Membros do Governo

Mais do que a mudança a que os Agricultores estão sujeitos, o que mais os aflige são as incertezas económicas que estes acordos mundiais podem causar. Estas dúvidas são um dos fortes entraves ao optimismo agrícola e consequentemente ao investimento e à iniciativa na Agricultura Açoriana.

O amargo sabor da montanha russa dos preços aliada à incapacidade dos Agricultores os construírem tem criado dúvidas quanto aos proveitos dos tempos que se avizinham e impedem o dinamismo urgente que é necessário implementar na Agricultura como amortecedor das dificuldades quotidianas.

Note-se, ainda, que os Açores são um espaço onde coexistem fileiras instaladas que apresentam alguma competitividade, com fileiras pouco desenvolvidas e pouco competitivas. A Agricultura nesta Região não poder ser olhada como um sector homogéneo em que todos os subsectores tem as mesmas oportunidades e as mesmas vantagens, visto ainda morar nos Açores o atraso estrutural, a ausência de diversificação, a inexistência de vulgarização entre outras.

Bom, mas com tudo isso, a evolução em curso determina que passaremos a fazer parte de uma economia aberta e em permanente evolução, com riscos e oportunidades.

No entanto, para uma Agricultura como a nossa marcada pela distância, pela diminuta dimensão e pela semimorta diversificação não tenhamos ilusões que os riscos espreitam. São riscos que se podem manifestar em perigos como a possibilidade da importação de determinados produtos, gradualmente, substituírem as nossas produções, visto que os bens agrícolas passarão a entrar a preços cada vez mais reduzidos no espaço Português empurrando os preços internos no mesmo sentido, podendo tornar-se insustentável a manutenção de algumas actividades, principalmente as ligadas à pecuária.

Para isso, basta verificar que países como a Irlanda fortes vendedores de carne, ao compreenderem que terão mais dificuldades em competir num mercado mundial canalizarão as suas exportações para dentro da Europa.

Do mesmo modo, países como a França, a Alemanha e a Itália, grandes beneficiadores das ajudas às restituições nos lácteos, identicamente, irão voltar-se para dentro da Europa.

A agravar a situação as negociações da OMC permitirão uma maior permeabilidade ao mercado comunitário a produtos provenientes do MERCOSUL e genericamente da América do Sul, designadamente de cárnicos, que se apresentam em vantagem competitiva em aspectos como a grandeza da extensificação pecuária e os baixos custos de produção, essencialmente na mão de obra.

Aliás, a fosso de desigualdade agrava-se quando verificarmos que estes países do MERCOSUL não possuem despesas inerentes à condicionalidade ambiental nem ao bem-estar-animal como os da Comunidade.

Observe-se que mesmo pagando elevadas taxas alfandegárias o Brasil tem ampliado o seu apetite pela exportação de carne de bovino para a Europa, de tal modo que passaram de 553.000 Toneladas em 2000 para 1.207.000 Toneladas em 2003.

É, deste modo, imprescindível conhecer-se os efeitos para a Agricultura desta Região dos actuais acordos da OMC e os prováveis desfechos das negociações.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exmo. Sras. Deputadas e Sros. Deputados

Exmo. Sros. e Sra. Membros do Governo

Se já não bastasse as negociações da OMC acrescem, ainda, a existência de algumas novas circunstâncias políticas, que potencializam a existência de um mercado difícil de competir e o aumento da nossa fragilidade.

È o caso da nova política agrícola dos EUA incentiva mais as exportações, o que implicará uma maior pressão na redução dos preços internacionais.

Aliás, os EUA tem tido uma política ambivalente, apresentando um discurso liberal e uma continuada pratica intervencionista.

Acresce a esta postura algumas manifestações públicas do Grupo de Cains e da Aliança Global que defendem que a agricultura não deve ter nenhum tratamento especial.

Por outro lado e num plano interno, a última Reforma da PAC permitiu atribuição de apoios estatais a que se chama re-nacionalização da PAC e que antes não eram inteiramente possíveis, ou seja os Agricultores e os produtos dos países ditos “ricos” terão acréscimos de ajudas. No efeito os produtos destes países chegarão ao espaço Português a preços difíceis de igualar.

A este propósito não nos podemos esquecer que o nosso principal mercado continua a ser o Continental.

Meus Senhores, este assunto da OMC não deve merecer o desinteresse do Governo Açoriano, pois como poderá a tutela tomar decisões plurianuais e motivar os Agricultores a investir se não detiver estudos de previsibilidade que possam suportar as suas melhores deliberações.

Em causa está a protecção dos nossos interesses agrícolas, pela defesa das nossas principais produções que figuram e todas as outras que possuem potencial de desenvolvimento.

Sendo assim, não podemos, ficar pasmos e serenos a assistir a um aumento desmedido de vulnerabilidade da Agricultura Açoriana, já que esta debilidade acarreta elevadas consequências socio-económicas para os Açores.

É assim, perante todas estas conjunturas internas e externas que estão a bater-nos à porta e que influenciarão decisivamente a Agricultura, que o Grupo Parlamentar do PSD está preocupado e propõe que esta Assembleia actue não só a bem da Agricultura mas, principalmente, a bem de todos os Açorianos.

Disse